



7º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS

7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE

TRANSPARÊNCIA, CORRUPÇÃO E FRAUDES

Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017



Evidenciação e nível de comparabilidade do ativo imobilizado das empresas brasileiras

Resumo: O objetivo geral desse estudo é verificar o nível de comparabilidade do ativo imobilizado das companhias abertas listadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). As normas de contabilidade variam conforme a legislação e normas internas de cada país, com a adesão às normas internacionais de contabilidade, as empresas passaram por mudanças para alterar a qualidade da informação contábil entre as análises de empresas situadas em países diferentes e aprimorar a análise da comparabilidade entre eles por se utilizarem das normas padrões. O Ativo Imobilizado passou por mudanças a partir das alterações na Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.) e da publicação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 27 em 2009. O estudo possui metodologia de caráter descritivo com natureza qualitativa e quantitativa, realizando análise de dados secundários e de forma documental. Para tanto, foi utilizado o índice de Herfindahl (H) realizado com base na análise de empresas do segmento Novo Mercado da BM&FBovespa e de diferentes setores no período de 2014 a 2016. Foram pesquisados procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do ativo imobilizado, para melhor análise de evidenciação e comparabilidade, analisando as demonstrações financeiras das empresas. Todas as empresas analisadas contabilizam inicialmente seus ativos imobilizados pelo método de custo, depreciam pelo método linear e apresentam as taxas de depreciação ou vida útil dos bens, sendo estas as escolhas contábeis que todas as empresas apresentaram o mesmo resultado. Analisando o índice de comparabilidade, os resultados apresentam uma alta comparabilidade entre as escolhas contábeis da amostra pesquisada.

Palavras-chave: IMOBILIZADO; COMPARABILIDADE; CPC 27.

Linha Temática: Finanças e Contabilidade Financeira



7º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS

7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE

TRANSPARÊNCIA, CORRUPÇÃO E FRAUDES

Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017



1. Introdução

As normas de contabilidade brasileiras apresentaram um grande avanço com a publicação das Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 atualizando a Lei nº 6.404/1976. Da mesma forma, a resolução 1.055/2005, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), implantou o (CPC) com o objetivo de estudar, preparar e emitir os pronunciamentos técnicos visando à convergência da contabilidade brasileira com as normas disponibilizadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) através das *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As normas de contabilidade variam conforme a legislação e normas internas de cada país, assim o objetivo das normas internacionais é a padronização da contabilidade em países diferentes, para alterar a qualidade da informação contábil entre as análises de empresas situadas em países diferentes e aprimorar a análise da comparabilidade entre eles por se utilizarem das normas padrões.

A partir disso o presente estudo tem como tema o nível comparabilidade do ativo imobilizado das empresas listadas na BM&FBovespa. Conforme o CPC 00 (p.17), “comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles”.

As empresas podem utilizar a comparabilidade para se adaptar às normas vigentes, observando as contabilizações de outra empresa, entretanto essa adequação pode ocorrer diante do estudo das normas do CPC e à legislação vigente. O nível de comparabilidade entre as empresas é dependente das informações contábeis por elas adotadas. Para Haller e Wehrfritz (2013), o problema é a compreensão da aplicação das IFRS, dada a existência de escolhas que nem sempre são explícitas, gerando liberdade na interpretação e necessidade de estimativas e julgamentos, consequentemente tornando as demonstrações menos comparáveis, entretanto Taplin (2017) aponta também que a aplicação das normas possibilita que as empresas escolham métodos igualmente válidos e que sejam adequados para as devidas circunstâncias.

O pronunciamento técnico que aborda sobre o tratamento contábil para ativos imobilizados é o CPC 27, aprovado em maio de 2009, e define ativo imobilizado como “o item tangível que: (a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e (b) se espera utilizar por mais de um período” (CPC, 2009, p.3). O CPC 27 aborda os ativos imobilizados e apresenta métodos de mensuração, sendo estes o método de custo e de reavaliação, porém diferentemente das normas internacionais, o método de reavaliação só é permitido em alguns casos específicos amparados pela lei, como transações entre coligadas e controladas ou casos de fusão. Segundo Reina, Reina e Silva (2014), nos anos de 2010, 2011 e 2012 é comum a utilização do método de custos entre as empresas que compõem o IBrX-50.

Nesse sentido, o presente estudo apresenta a seguinte questão de pesquisa: Qual o nível de comparabilidade do ativo imobilizado das empresas listadas na BM&FBovespa? Assim, o objetivo geral é verificar o nível de comparabilidade do ativo imobilizado das empresas listadas na BM&FBovespa.

Para poder mensurar o nível de comparabilidade, foram formulados três objetivos específicos, sendo estes: (i) identificara forma em que são reconhecidos, mensurados e evidenciados os ativos imobilizados das empresas; (ii) comparar as informações apresentadas pelas empresas ao longo do período de 2014 a 2016; e (iii) apurar o índice de comparabilidade das empresas analisadas na pesquisa.



Para Lemes, Costa e Martins (2014), a comparabilidade de práticas, métodos e escolhas contábeis do imobilizado no período de 2007 a 2012 é relativamente baixa, devido à ampla gama de opções contábeis para o imobilizado em decorrência da adesão das IFRS, aderindo diversas opções do gerenciamento do resultado, concluindo que a comparabilidade ao passar do tempo diminuiu. Por outro lado Souza, Silva e Rech (2015) destacam que a comparabilidade entre as práticas contábeis no período de 2010 a 2012 é bastante elevada, conforme o objetivo das normas internacionais, assim possibilitando uma melhor análise e possivelmente resultando na melhor tomada de decisão.

Os autores Lemes *et al.* (2014) e Souza *et al.* (2015) tiveram resultados diferentes, apesar da utilização do mesmo índice de comparabilidade e analisarem anos semelhantes, porém as pesquisas analisaram amostras diferentes, por este motivo justifica-se esta pesquisa pelo processo de adesão às normas da IFRS de forma a avaliar amplos setores da BM&FBovespa, pelas mudanças normativas do grupo imobilizado desde o ano de 2009, e consequentemente pelas opções de escolha entre práticas igualmente válidas.

2. Referencial Teórico

2.1. Escolhas Contábeis e Comparabilidade

Murcia e Wuerges (2011) afirmam que as escolhas contábeis são uma forma de controlar os resultados econômicos da entidade, por estas serem o reflexo das motivações dos tomadores de decisão. No mesmo sentido, afirmam que as escolhas contábeis podem ocorrer nas três etapas do processo contábil: reconhecimento, mensuração e divulgação.

A Tabela 1 demonstra as etapas e a exemplificação de escolhas contábeis relacionadas ao ativo imobilizado.

Tabela 1: Escolhas Contábeis

Etapa	Descrição	Exemplo Imobilizado
Reconhecimento	É o processo que consiste na incorporação ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado de item.	Reconhecer um Ativo Imobilizado em construção.
Mensuração	Determinar o método de avaliação	Qual método de Depreciação utilizar.
Evidenciação	Escolha de se evidenciar uma informação de caráter voluntário.	Variação Cambial, Perdas Estimadas, Valor Residual de Ativos.

Fonte: Adaptado do CPC 00(2011), CPC 27 (2009) e Murcia e Wuerges (2011).

Para Almeida, Neto, Bastianello e Moneque (2012) a subjetividade da escolha está relacionada, de forma direta, com o nível de entendimento e a descrição que o elaborador das demonstrações possui assim para elaboração dos relatórios financeiros a interpretação do profissional contábil em relação às normas influencia diretamente as suas decisões. No entanto, a existência de tais escolhas pode reduzir a comparabilidade das demonstrações financeiras, o que conflitaria com o objetivo das IFRS, que é o de assegurar a comparabilidade das informações contábeis divulgadas (Murcia & Wergus, 2011).

As IFRS têm como objetivo a padronização da contabilidade em diferentes países e são publicadas e revisadas pelo IASB. Conforme Pires, Decourt, Camargo e Siebel (2015), em 2005 as normas do IFRS foram adotadas em mais de 100 países, iniciando o processo de convergência das normas contábeis, o que foi um estímulo para os pesquisadores.



7º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS

7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE

TRANSPARÊNCIA, CORRUPÇÃO E FRAUDES

Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017



Para Iudícibus e Marion (2009, p. 50), "os usuários precisam ter condições de comparar as demonstrações contábeis de uma entidade através dos anos a fim de identificar tendências em sua situação patrimonial e financeira e em seu desempenho". Conforme o CPC 00 (2011, p. 17) comparabilidade é uma das características qualitativas que "melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade" e também

comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. A comparação requer no mínimo dois itens.

Para Grecco, Formigoni, Geron e Segura (2013), a convergência aos padrões das IFRS requer uma série de investimentos em pessoal, tecnologia e processos a serem consolidados. Segundo Franco, Kothari e Verdi (2011), a comparabilidade reduz o custo de aquisição de informações e em contrapartida aumenta a qualidade da informação disponível sobre a empresa, assim o IASB estaria caminhando na direção para criar padrões contábeis internacionalmente aceitos.

A convergência aos padrões internacionais tende a reduzir as diferenças nos padrões contábeis, pois anteriormente cada país possuía um modelo próprio. O CPC mostra que a convergência realizada após a criação dos Pronunciamentos Técnicos, trouxe diferenças nas práticas contábeis, "dentre essas diferenças encontra-se a possibilidade de as empresas estarem mensurando Ativos e Passivos tanto pelo método de custo, quanto pelo de valor justo. Tal fato pode ocasionar dificuldades em relação à comparabilidade das demonstrações entre as empresas" (Reina *et al.* 2014, p. 81).

Os estudos de comparabilidade, segundo Cascino e Gassen (2015), seguem basicamente duas vertentes: os que avaliam a melhoria da comparabilidade com a adoção das normas internacionais por meio do impacto em variáveis contábeis internas; e do mercado de capitais por meio de índices. Segundo Taplin (2004), índices de comparabilidade são utilizados para quantificar o grau em que as contas das empresas são comparáveis, como mera estatística.

A literatura internacional indica os índices H, I, C e T como os mais usados para medir comparabilidade (Taplin, 2004). Van der Tas (1988) é considerado o criador dos índices H, C e I, segundo ele, o índice H é utilizado quando se deseja mensurar a comparabilidade das demonstrações financeiras de diferentes empresas dentro de um mesmo país, conforme as empresas abrangidas por esta pesquisa.

2.2. Imobilizado

No ano de 2010 as empresas iniciaram a convergência plena às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao ativo imobilizado, assim afetando também as demonstrações referentes ao ano de 2009, que tiveram que ser adequadas à nova norma por ser apresentada em conjunto com a de 2010 (Reina *et al.*, 2014, p. 81).

Conforme o CPC 27, um item do ativo imobilizado deve ser reconhecido se for capaz de trazer benefícios futuros para a entidade e puder ser confiavelmente mensurável. Para contabilizar um item no ativo imobilizado é necessário um julgamento prévio, pois o reconhecimento de todos os seus custos é contabilizado no momento em que são incorridos.

Conforme a lei nº 11.638/2007 são contabilizados no ativo imobilizado "os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia



ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens”.

Os custos de manutenção periódica e reparos, segundo Iudícibus e Marion (2016), são subsequentes ao reconhecimento do ativo imobilizado e reconhecidos no resultado do período no qual são incorridos. Os custos referentes à substituição de itens do ativo e com inspeções obrigatórias para o uso do imobilizado são reconhecidos pelo valor contábil no ativo imobilizado, desde que contribua para o aumento da vida útil ou da capacidade produtiva.

A mensuração de um item do ativo imobilizado deve ser realizada por meio do seu custo, que, conforme o CPC 27 comprehende os seguintes componentes, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2: Composição do Custo

Custo	Descrição
Preço de Aquisição	Seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
Custos para o Funcionamento	Custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.
Custos de Desmontagem e Remoção	Estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

Fonte: Adaptado do CPC 27 (2009)

A Tabela 2 representa a composição do custo para o registro no item do imobilizado, no ativo não-circulante e demonstra os itens relevantes para o levantamento do custo final a ser contabilizado.

Para Iudícibus e Marion (2016), os bens registrados como ativo imobilizado devem ser depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso, conforme a vida útil do bem. De acordo com o CPC 27 (2009), a depreciação de um item pode ser estimada através de uma mensuração de componentes significativos do ativo com vida útil, ou seja, componentes de um mesmo ativo podem ter vida útil diferentes e decorrente disto são depreciados de forma diferente.

Segundo o CPC 27 (2009, p. 14), "[o] valor contábil de um item do ativo imobilizado deve ser baixado: (a) por ocasião de sua alienação; ou (b) quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.". Quando a empresa der baixa no ativo, deve também contabilizar um resultado decorrente da diferença entre o valor líquido da alienação e o valor contábil nos resultados financeiros.

2.3. Estudos Anteriores

Diante das mudanças normativas a fim de aderir às normas internacionais de contabilidade, há autores que verificaram o nível de comparabilidade das empresas durante o período de convergência e após se cumpriu com a finalidade tornar a informação comparável e de qualidade. Os estudos que auxiliaram na fundamentação desta pesquisa se encontram na Tabela 3.

7º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS

7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE

TRANSPARÊNCIA, CORRUPÇÃO E FRAUDES

Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017



Tabela 3: Pesquisas Anteriores

Autor/Ano	Objetivo	Amostra	Período	Principais Resultados
Lemes et al. (2014)	Identificar o nível de comparabilidade com base nas escolhas de práticas contábeis feitas por empresas brasileiras componentes do índice Ibovespa, quanto ao reconhecimento do ativo imobilizado, utilizou-se do cálculo do índice H.	63 empresas listadas, aquelas que compuseram o índice IBOVESPA no ano de 2014	2007-2012	O nível de comparabilidade entre as práticas adotadas pelas empresas ainda é baixo ou moderado.
Reina et al. (2014)	Analisar os níveis de comparabilidade dos relatórios financeiros das empresas que compõem o Índice Brasil 50 - IBrX-50 após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, utilizou-se do cálculo do índice T.	47 empresas que compõem o IBrX-50 da BM&FBOVESPA	2010-2012	Não houve uma evolução nos índices de comparabilidade no período de 2010 a 2012.
Souza et al. (2015)	Verificar se as escolhas contábeis contidas no CPC 27 (2009) permitem a comparabilidade das demonstrações contábeis das companhias abertas do Brasil, utilizou-se do cálculo do índice H.	41 empresas abertas, dos setores de Petróleo e Gás, Mineração e Energia Elétrica	2010-2012	Constatou-se que apesar da existência de escolhas contábeis, o CPC 27 (2009) permite a comparabilidade dos ativos imobilizados das companhias abertas brasileiras. O índice H foi alto para os três períodos, o que resulta em uma elevada comparabilidade entre as práticas contábeis em ativos imobilizados nas entidades e períodos analisados.
Viviani, Beck, Hall e Klann, (2014)	Identificar o processo de evidenciação das empresas de Bens Industriais listadas na BM&FBovespa, após a convergência da contabilidade brasileira às IFRS, de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado utilizou-se do cálculo do índice Z.	34 companhias do setor de Bens Industriais listadas na BM&FBovespa	2011	Os resultados revelaram que a evidenciação dos itens do ativo imobilizado não é realizada de forma homogênea pelas empresas.
Barbosa, Lemes e Souza (2014)	Identificar o nível de comparabilidade na mensuração ao valor justo de companhias abertas brasileiras de acordo com os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis utilizou-se do cálculo do índice H.	65 companhias abertas que compunham a carteira do índice Bovespa	2009-2010	Constatou-se que houve uma redução na comparabilidade das demonstrações financeiras, possivelmente em virtude da existência de escolhas contábeis.
Barbosa, Reina, Silva e Dias (2015)	Identificar os níveis de comparabilidade das práticas contábeis adotadas pelas empresas que compõem o índice IBrX-50 utilizou-se do cálculo do índice T.	47 empresas do Índice IBrX-50 da BM&FBOVESPA	2013-2014	Nenhum índice avançou de 2013 para 2014, assim concluíram que os relatórios contábeis trimestrais não estão evidenciando totalmente de acordo com a legislação



Souza e Lemes (2016)	Identificar o grau de comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados e ativos intangíveis e de propriedades para investimento, utilizou-se do cálculo do índice T.	300 empresas abertas do Brasil, do Chile e do Peru	2009-2013	Para os ativos imobilizados, a comparabilidade internacional aumentou com a adoção das IFRS, mantendo-se crescente ao longo do tempo e alta após a adoção obrigatória das IFRS pelos três países (2012 e 2013).
----------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------	-----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborados pelos autores.

Pode-se observar que as pesquisas realizadas anteriormente apresentam divergências de resultados, enquanto alguns estudos apresentam que o nível de comparabilidade aumentou, outras apresentam redução, dessa forma o presente estudo busca avaliar a comparabilidade sem restrição de setores, para assim obter dados de forma geral das empresas do novo mercado.

A Tabela 3 apresenta também uma continuação de estudos, Reina *et al.* (2014) foram complementados pelo estudo de Barbosa *et al.* (2015), sendo que as amostras foram iguais e o primeiro estudo avaliou os anos de 2010 a 2012 e o segundo de 2013 e 2014.

3. Metodologia

Este estudo possui metodologia de caráter descritivo com natureza qualitativa e quantitativa, realizando análise de dados secundários e de forma documental. A presente pesquisa foi realizada com base na análise de empresas do segmento Novo Mercado da BM&FBovespa, com o intuito de avaliar a evolução do nível de comparabilidade das empresas de setores diferentes no período de 2014 a 2016.

Para a seleção de empresas analisadas, foi utilizado como critério uma seleção de cinco empresas do novo mercado por setor da BM&FBovespa com maior representatividade de ativo imobilizado. Dessa forma, a presente pesquisa abrange as empresas demonstradas na Tabela 4.

**7º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS
7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE
TRANSPARÊNCIA, CORRUPÇÃO E FRAUDES**

Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017



Tabela 4: Amostra de empresas utilizadas

Setor Econômico	Subsetor	Razão Social
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petro Rio S.A.
		Ultrapar Participacoes S.A.
		Lupatech S.A.
Materiais Básicos	Siderurgia e Metalurgia	Paranapanema S.A.
	Químicos	Fertilizantes Heringer S.A.
	Madeira e Papel	Duratex S.A. Fibria Celulose S.A.
	Materiais Diversos	Magnesita Refratarios S.A.
Bens Industriais	Material de Transporte	Embraer S.A.
	Máquinas e Equipamentos	WEG S.A.
	Transporte	Rumo Logistica Operadora Multimodal S.A.
		JSL S.A.
		Prumo Logística S.A.
Consumo não Cíclico	Agropecuária	SLC Agricola S.A.
	Alimentos Processados	BRF S.A.
		JBS S.A.
		Minerva S.A.
		M.Dias Branco S.A. Ind Com De Alimentos
Consumo Cíclico	Tecidos, Vestuário e Calçados	Springs Global Participacoes S.A.
	Automóveis e Motocicletas	Iochpe Maxion S.A.
	Diversos	Kroton Educacional S.A.
		Localiza Rent A Car S.A.
	Comércio	Lojas Renner S.A.
Saúde	Serviços Médico - Hospitalares,	Fleury S.A.
	Análises e Diagnósticos	Odontoprev S.A.
	Comércio e Distribuição	Profarma Distrib Prod Farmaceuticos S.A.
		Raia Drogasil S.A.
Tecnologia da Informação e Telecomunicações	Computadores e Equipamentos	Positivo Informática S.A.
	Programas e Serviços	Ideiasnet S.A.
		Totvs S.A.
	Telecomunicações	Tim Participacoes S.A.
Utilidade Pública	Energia Elétrica	CPFL Energia S.A.
		CPFL Energias Renováveis S.A.
		EDP - Energias Do Brasil S.A.
		Eneva S.A
		Engie Brasil Energia S.A.
Financeiro e Outros	Intermediários Financeiros	Bco Brasil S.A.
	Serviços Financeiros Diversos	BM&FBovespa S.A. Bolsa Valores Merc Fut
		Cielo S.A.
	Previdência e Seguros	Porto Seguro S.A.
	Exploração de Imóveis	Iguatemi Empresa De Shopping Centers S.A

Fonte: Adaptado do BM&FBovespa (2009)

Foram eliminadas as empresas com as seguintes características encontradas:

- Empresas cujo exercício social praticado é diferente do ano calendário, para evitar a comparação de demonstrações em períodos diferentes;



- II. Empresas que não divulgaram no site da BM&FBovespa os demonstrativos de todos os anos analisados; e
- III. Empresas que apresentaram divergências entre os valores apresentados no Balanço Patrimonial e na demonstração do imobilizado nas Notas Explicativas.

A amostra demonstrada na Tabela 4 conta com 41 empresas, sendo estas, três empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, cinco de Materiais Básicos, cinco de Bens Industriais, cinco de Consumo não Cíclico, cinco de consumo cíclico, quatro de Saúde, quatro de Tecnologia da Informação e Telecomunicações, cinco de Utilidade Pública e cinco de financeiros e outros. Os setores representados por menos de cinco empresas não tinham empresas suficientes que apresentassem as características necessitadas para o seguimento da pesquisa.

Foram pesquisados procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do ativo imobilizado, para melhor análise de evidenciação e comparabilidade, demonstrados na Tabela 5.

Tabela 5: Etapas e procedimentos verificados

Etapas	Itens	Procedimentos
Reconhecimento	Existência de ativo Imobilizado	Ativo Total
		Ativo Imobilizado
Mensuração	Método de Avaliação	Custo ou Valor Justo
	Critérios de Mensuração do Valor Contábil Bruto	Abrangência do método utilizado pela empresa como forma de avaliação
	Perdas Estimadas por Redução ao Valor Recuperável	Teste de <i>impairment</i>
	Reversão de Perda Estimada	Registro de reversão de perdas estimadas
	Custos Estimado de Desmontagem, Remoção ou Restauração	Inclusão de custos secundários na contabilização
	Imobilizados com Valores Reavaliados	Formas de reavaliação existentes
Evidenciação	Classes de Ativos Imobilizados	Classes mais utilizadas pelas empresas
	Métodos de Depreciação	Linear ou Método das Unidades Produzidas
	Vida Útil ou Taxa de Depreciação	Percentual de depreciação anual
	Conciliação do Valor Contábil no Início e Fim do período	Movimentação das contas durante o exercício social
	Aquisições por Meio de Combinação de Negócios	Aumento de Imobilizado decorrente de Combinação de negócios
	Variações Cambiais Líquidas	Conversão de valores de empresas situadas no exterior
	Arrendamento Mercantil	Aumento de Imobilizado decorrente de Arrendamento
	Valor Residual	Valor de retorno do mercado do Imobilizado

Fonte: Elaborados pelos autores, com base em Lima, Prazeres, Araújo, Araújo e Oliveira (2011).



7º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS

7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE

TRANSPARÊNCIA, CORRUPÇÃO E FRAUDES

Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017



As informações de reconhecimento, mensuração e evidenciação apresentadas na Tabela 5 foram analisadas nas demonstrações financeiras das empresas, obtidas por meio do site da BM&FBovespa. Essas informações referem-se às principais práticas contábeis associadas ao ativo imobilizado e as mesmas foram utilizadas para realizar a verificação do nível de comparabilidade entre as empresas.

O nível de comparabilidade entre as empresas foi apurado por meio do índice H, que de acordo com Taplin (2004) mede a probabilidade de selecionar duas empresas de forma aleatória de um mesmo país e essas empresas utilizarem os mesmos métodos contábeis. O índice H é apurado a partir da fórmula:

$$H = \sum_{i=1}^n (Pi)^2$$

Onde:

n: quantidade de métodos contábeis analisados; e

Pi: proporção de empresas do país que utiliza o método contábil i.

A fórmula do índice H resulta em uma escala de 0 a 1, enquanto 1 representa o maior nível de comparabilidade e 0 que não há comparabilidade. Para distinguir em alta, média ou baixa comparabilidade são utilizadas as escalas de Souza, Silva e Costa (2013), sendo estas de 0,000 até 0,499 considerado baixa comparabilidade, de 0,500 até 0,699 comparabilidade média e de 0,700 a 1,000 alta comparabilidade. O indicador foi apurado por meio das seguintes escolhas contábeis:

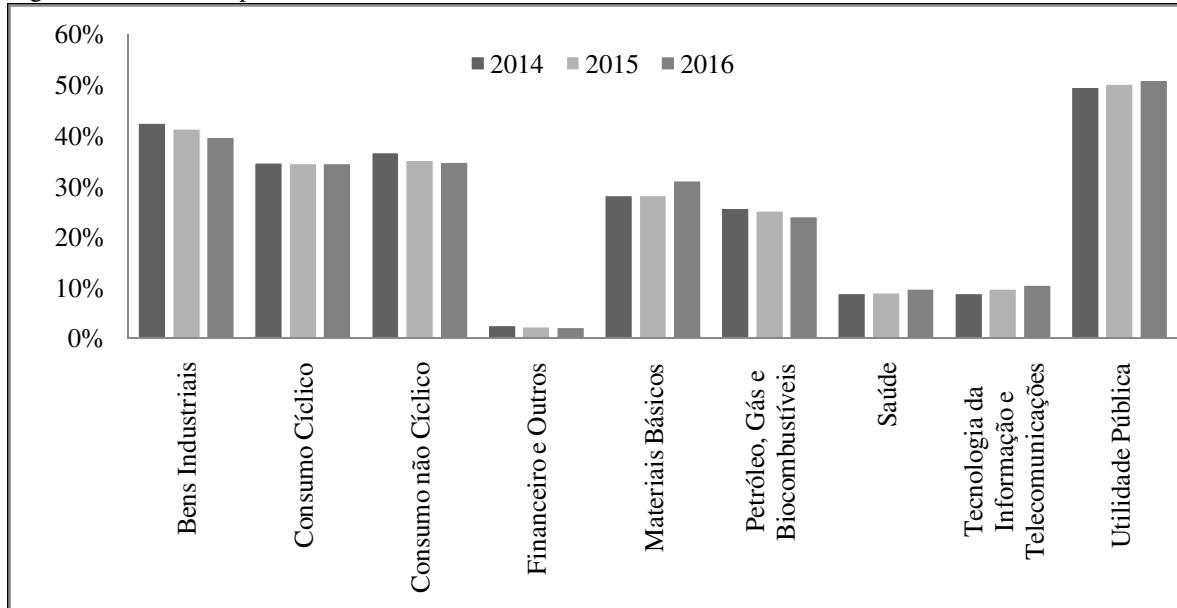
- I. Mensuração inicial;
- II. Perdas estimadas;
- III. Método de depreciação;
- IV. Custos Estimado de Desmontagem, Remoção ou Restauração; e
- V. Imobilizado com Valores Reavaliados

4. Análise Dos Resultados

As empresas apresentam representatividade do ativo imobilizado de forma variável, conforme a sua atividade e a sua necessidade de aquisição de imobilizados. A seguir, a Figura 1 relaciona a média anual de representatividade do ativo imobilizado em relação ao ativo total nos anos de 2014, 2015 e 2016.



Figura 1: Média de representatividade do ativo imobilizado.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir das informações apresentadas na Figura 1, observa-se que o setor com maior média de representatividade do ativo imobilizado em relação ao ativo total é o de Utilidade Pública, seguido pelo setor de Bens Industriais. O setor com menor média de representatividade é o Financeiro e Outros, acompanhado do setor de Saúde e do setor de Tecnologia da Informação e Telecomunicações. O setor financeiro classifica o seu ativo em maior parte no circulante, devido aos empréstimos, aplicações financeiras e das atividades relacionadas ao setor. Os setores que sofreram as menores alterações entre os anos foram o de consumo cíclico e o financeiro e outros, enquanto os que sofreram as maiores alterações foram os setores de Materiais Básicos e Bens Industriais.

A relação entre a representatividade do imobilizado varia conforme os diferentes setores estudados e também entre as empresas de iguais setores, dessa forma, a Tabela 6 apresenta a apuração de índices estatísticos para melhor entendimento.

Tabela 6: Análise da representatividade das empresas.

Setores	Máximo	Mínimo	Média	Desvio Padrão	Variância
Bens Industriais	60,74%	17,37%	41,16%	0,1768	0,0312
Consumo Cíclico	67,69%	9,18%	34,55%	0,1902	0,0362
Consumo não Cíclico	61,08%	24,33%	35,49%	0,1148	0,0132
Financeiro e Outros	6,43%	0,39%	2,34%	0,0226	0,0005
Materiais Básicos	42,24%	16,34%	29,13%	0,0917	0,0084
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	44,00%	4,09%	24,93%	0,1656	0,0274
Saúde	17,79%	1,51%	9,18%	0,0709	0,0050
Tecnologia da Informação e Telecomunicações	31,98%	0,10%	9,68%	0,1235	0,0153
Utilidade Pública	70,97%	22,63%	50,17%	0,1788	0,0320
Análise Geral	70,97%	0,10%	26,29%	0,2046	0,0419

Fonte: Elaborados pelos autores.



Analizando a Tabela 6, pode-se observar que as empresas que apresentam o maior percentual de ativo imobilizado pertencem ao setor de Utilidade Pública, atingindo 70,97% do total de ativo da empresa, assim como a maior média por setor.

O setor Financeiro e Outros apresenta o menor índice de desvio padrão, ou seja, é o setor em que a representatividade das empresas no decorrer dos anos tende a estar próxima da média do setor, enquanto o maior desvio pertence ao setor de consumo cíclico. A variância acompanha o desvio padrão, portanto o setor que apresentou a maior variância foi o de consumo cíclico e a menor foi o setor Financeiro e Outros.

As empresas apresentam classes diferentes na evidenciação de seus imobilizados, de modo que iguais setores tendem a ter contas similares decorrentes das suas atividades e do uso do imobilizado. Não existe limitação de quantidade de classes e as empresas selecionadas apresentaram 64 nomenclaturas e divisões diferentes, sendo que as mais comuns são apresentadas na Tabela 7.

Tabela 7: Classes comuns entre os setores.

Setor	Móveis e Utensílios	Em Andamento	Máquinas e Equipamentos	Imóveis	Terrenos	Veículos	Equipamentos de Informática
Bens Industriais	80%	100%	80%	60%	100%	60%	40%
Consumo Cíclico	60%	80%	40%	80%	80%	60%	20%
Consumo não Cíclico	80%	100%	80%	100%	60%	100%	40%
Financeiro e Outros	100%	40%	60%	60%	40%	60%	100%
Materiais Básicos	60%	100%	100%	80%	100%	40%	0%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	100%	100%	100%	67%	67%	67%	100%
Saúde	100%	75%	100%	50%	50%	75%	50%
Tecnologia da Informação e Telecomunicações	75%	50%	75%	25%	25%	50%	25%
Utilidade Pública	100%	100%	100%	100%	80%	100%	20%
Análise Geral	82,9%	82,9%	80,5%	70,7%	68,3%	68,3%	41,5%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 7 apresenta as sete classes mais utilizadas pelas empresas estudadas. A Classe mais comum entre as empresas é a de Móveis e Utensílios e de Imobilizado em Andamento, conforme a Tabela 7, 82,9% das empresas analisadas utiliza essa classificação.

A empresa Petro Rio S.A., do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, apresenta no seu imobilizado a plataforma polvo A e sondas, que representam nos três anos uma média de 94% do imobilizado total da empresa e trata-se de uma plataforma de petróleo que é uma peculiaridade da sua atividade. Em consumo cíclico, a empresa Localiza S.A. apresenta 93% do seu imobilizado em veículos, decorrente também da sua atividade, assim como no setor de Utilidade pública, onde as empresas apresentam reservatórios, barragens e adutoras (com exceção da Eneva S.A.), sendo que o destaque é a Engie Brasil com uma média de 40% do seu ativo imobilizado. O setor de Bens Industriais apresenta contas características, sendo estas embarcações, vagões e locomotivas, píer e canal.

A divulgação de informações sobre mensuração está representada pela Tabela 8.



Tabela 8: Mensuração de itens do Ativo Imobilizado

Evidenciação		Bens Industriais	Consumo Cíclico	Consumo não Cíclico	Financeiro e Outros	Materiais Básicos	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Saúde	Tecnologia da Informação e Telecomunicações	Utilidade Pública	Geral
Método de Avaliação	Custo	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Valor Justo	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
<i>Impairment Test</i>	Perdas	40%	0%	40%	20%	33%	67%	0%	0%	47%	27%
	S/ Perdas	53%	40%	13%	60%	20%	22%	50%	100%	27%	42%
Reversão de Perda Estimada		13%	0%	0%	0%	20%	11%	0%	0%	0%	5%
Custos Estimado de Desmontagem, Remoção ou Restauração		73%	20%	60%	60%	40%	56%	50%	25%	60%	50%
Imobilizados com Valores Reavaliados		20%	0%	27%	20%	20%	22%	25%	0%	0%	15%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme a Tabela 8, todas as empresas avaliam inicialmente os imobilizados pelo método de custo, 69% das empresas realizam teste de recuperabilidade dos ativos e apenas 5% delas realizam a reversão de perdas. O setor que apresenta mais informações pesquisadas é o de Bens Indústrias seguido pelo de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

A análise de evidenciação realizada conforme Tabela 5 surte resultado conforme a Tabela 9.

Tabela 9: Evidenciação de itens do Ativo Imobilizado.

Evidenciação		Bens Industriais	Consumo Cíclico	Consumo não Cíclico	Financeiro e Outros	Materiais Básicos	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Saúde	Tecnologia da Informação e Telecomunicações	Utilidade Pública	Geral
Métodos de Depreciação	Linear	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Unidades Produzidas	0%	0%	0%	0%	0%	33%	0%	0%	13%	4%
Vida Útil ou Taxa de Depreciação		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Conciliação do Valor Contábil		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Combinação de Negócios		27%	0%	53%	0%	13%	0%	33%	50%	20%	22%
Variações Cambiais Líquidas		20%	40%	27%	27%	40%	100%	0%	25%	0%	33%
Arrendamento Mercantil		60%	93%	60%	20%	60%	100%	25%	50%	40%	57%
Valor Residual		0%	0%	40%	0%	40%	67%	0%	0%	0%	7%

Fonte: Elaborado pelos autores.



7º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS 7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE **TRANSPARÊNCIA, CORRUPÇÃO E FRAUDES**

Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017



Analisando a Tabela 9, percebe-se que todas as empresas utilizam o método de depreciação linear, no entanto, o método de unidades produzidas foi utilizado nos três anos pela empresa Petro Rio S.A. do setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis na apuração de imobilizado específico, pela Eneva S.A. e pela Engie Brasil Energia S.A., empresas do setor de Utilidade Pública, porém em apenas um ano cada uma, 2016 e 2014, respectivamente.

Todas as empresas apresentaram a respectiva vida útil e/ou taxa de depreciação e a conciliação do valor contábil do período vigente e anterior, sendo que a maioria traz a informação no tópico de ativo imobilizado das notas explicativas. Não foi identificada nenhuma alteração do imobilizado decorrente de combinação de negócios no setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, em Consumo Cíclico e Financeiro e Outros.

Foram encontradas variações cambiais em todos os demonstrativos de ativos imobilizados das empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis e não foram encontradas em nenhuma empresa dos setores de Saúde e de Utilidade Pública. Todos os setores apresentam ativos arrendados, enquanto o valor residual foi encontrado somente em quatro setores.

A Tabela 10 apresenta a apuração do Índice H, conforme os dados pesquisados.



7º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS
7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE
TRANSPARÊNCIA, CORRUPÇÃO E FRAUDES



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

Tabela 10: Apuração do índice H.

	Considerando Informações Não Mencionadas			Desconsiderando Informações Não Mencionadas		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
1. Mensuração Inicial						
Custo de Aquisição	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Valor Justo	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Índice H	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
2. Perdas Estimadas	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Teste Realizado Com Perdas	0,268	0,293	0,268	0,379	0,400	0,407
Teste Realizado Sem Perdas	0,439	0,439	0,390	0,621	0,600	0,593
Não Mencionado	0,293	0,268	0,341	-	-	-
Índice H	0,350	0,350	0,341	0,529	0,520	0,517
3. Perdas Estimadas	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Realizou Teste	0,707	0,732	0,659	0,000	0,000	0,000
Não Mencionado	0,293	0,268	0,341	-	-	-
Índice H	0,586	0,607	0,550	0,000	0,000	0,000
4. Método de Depreciação	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Linear	0,951	0,976	0,951	0,951	0,976	0,951
Saldos Decrescentes	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Unidades Produzidas	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Linear/Unidades Prod.	0,049	0,024	0,049	0,049	0,024	0,049
Índice H	0,907	0,952	0,907	0,907	0,952	0,907
5. Custos Estimados de Desmontagem, Remoção ou Restauração	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Apurado	0,488	0,512	0,512			
Não Mencionado	0,512	0,488	0,488	-	-	-
Índice H	0,500	0,500	0,500			
6. Imobilizado com Valores Reavaliados	2014	2015	2016			
Apurado	0,171	0,146	0,146			
Não Mencionado	0,829	0,854	0,854	-	-	-
Índice H	0,717	0,750	0,750			

Fonte: Elaborado pelos autores.



O índice H foi apurado para obter o nível de comparabilidade entre as informações divulgadas pelas empresas estudadas no período abrangido pelo estudo. Conforme os resultados apresentados na Tabela 10, selecionando duas empresas aleatoriamente, existem 58,60% de possibilidade de que ambas tenham feito o teste de recuperabilidade do ativo em 2014, 60,74% em 2015 e 55,03% em 2016, ambas classificadas com uma comparabilidade média. Quanto aos métodos de depreciação, a possibilidade é de 90,72% das empresas utilizarem o mesmo método de depreciação do ano de 2014, 95,24% em 2015 e 90,72% em 2016, nos três anos as empresas apresentaram um nível alto de comparabilidade. Ambos apresentam um aumento no ano em relação ao ano de 2014/2015, uma redução de 2015/2016 e redução de 2014/2016.

Desconsiderando as empresas que não apresentaram informações, o nível de comparabilidade analisados no tópico 2 da Tabela 10 aumentou, porém manteve o nível médio, isso se deve ao fato de que em média 30% das empresas não divulgaram a realização de *impairment test*. Na Tabela 11 pode-se observar os níveis de comparabilidade.

Tabela 11: Níveis de comparabilidade resultantes do índice H considerando informações não mencionadas.

Tópicos Analisados	Índice H			Nível de Comparabilidade		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
1. Mensuração Inicial	1,0000	1,0000	1,0000	Alto	Alto	Alto
2. Perdas Estimadas	0,3504	0,3504	0,3409	Baixo	Baixo	Baixo
3. Perdas Estimadas	0,5860	0,6074	0,5503	Médio	Médio	Médio
4. Método de Depreciação	0,9072	0,9524	0,9072	Alto	Alto	Alto
5. Custos Estimado de Desmontagem, Remoção ou Restauração	0,5003	0,5003	0,5003	Médio	Médio	Médio
6. Imobilizado com Valores Reavalidados	0,7168	0,7501	0,7501	Alto	Alto	Alto

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observando a Tabela 11, pode-se verificar o nível de comparabilidade das empresas pesquisadas é em maioria alto.

5. Considerações Finais

O objetivo do estudo foi verificar o nível de comparabilidade do ativo imobilizado das empresas listadas na BM&FBovespa. Para tanto, foram analisadas as empresas do segmento do novo mercado, selecionando as cinco empresas de cada setor.

A evidenciação das escolhas contábeis demonstrou que o ativo imobilizado das empresas varia, de maneira geral, conforme a sua atividade fim e que empresas de um mesmo setor tendem a ter concentrações em semelhantes classes de ativos imobilizados. Todas as empresas analisadas contabilizam inicialmente seus ativos imobilizados pelo método de custo, depreciam pelo método linear e apresentam as taxas de depreciação ou vida útil dos bens, sendo estas as escolhas contábeis que todas as empresas apresentaram o mesmo resultado.

De maneira geral, os resultados de comparabilidade da amostra pesquisada foram altos, divergindo de Lemes *et al.* (2014), que utilizaram o mesmo índice de comparabilidade, porém tiveram resultados baixos ou moderados. Souza *et al.* (2015) utilizaram o índice H e obtiveram um resultado de alta comparabilidade. A alta comparabilidade resultante contribui para uma melhor análise entre empresas diferentes, melhorando a qualidade de informação para investidores e pesquisadores da área.

O estudo foi limitado a cinco empresas por setor, selecionadas por terem maior representatividade de ativo imobilizado em comparação ao ativo total das empresas. Alguns



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

setores não possuíam empresas suficientes, por obter exercícios sociais diferentes e não apresentar os demonstrativos de todo o período analisado. A seleção foi realizada para que os resultados não fossem generalizados, o que possibilitou o estudo de nove setores diferentes.

Sugere-se como futuros estudos uma análise de setores diferentes da BM&FBovespa, e, além disso, um estudo que abrangesse comparação de empresas de diferentes países, pois o objetivo da adesão as IFRS é exatamente a contabilidade realizada de forma global.

REFERÊNCIAS

- Almeida, J. E. F. de, Neto, A. S., Bastianello, R. F., & Moneque, E. Z. (2012). Alguns aspectos das práticas de suavização de resultados no conservadorismo das companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA/Effects of income smoothing practice son the conservatism of public companies listed on the BM&FBovespa. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23 (58), 65.
- Barbosa, R. S., Lemes, S., & de Souza, F. É. A. (2014, outubro). Comparabilidade da mensuração ao valor justo de companhias abertas brasileiras pertencentes ao índice bovespa. *Anais do Seminário em Administração*, São Paulo, SP, Brasil, 18.
- Barbosa, M. T., Reina, D., da Silva, S. F., & Dias, R. dos S. (2015, Outubro). Comparabilidade da Informação Contábil: Reflexos Pós-IFRS Em Empresas Brasileiras. *Anais do Congresso de Contabilidade 2015*, Florianópolis, SC, 6.
- Cascino, S., & Gassen, J. (2015). What drives the comparability effect of mandatory IFRS adoption?. *Review of Accounting Studies*, 20 (1), 242-282.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. 2011. Disponível Em:[Http://Www.Cpc.Org.Br/Cpc/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80](http://Www.Cpc.Org.Br/Cpc/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80). Acesso Em: 15 Maio 2017.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 27– Ativo Imobilizado. 2009. Disponível Em: [Http://Www.Cpc.Org.Br/Cpc/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58](http://Www.Cpc.Org.Br/Cpc/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58). Acesso Em: 15 Maio 2017.
- Franco, G. de, Kothari, S. P., & Verdi, R. S. (2011). The benefits of financial statement comparability. *Journal of Accounting Research*, 49 (4), 895-931.
- Grecco, M. C. P., Formigoni, H., Geron, C. M. S., & Segura, L. C. (2013). Percepção dos profissionais brasileiros com relação ao processo de convergência contábil às normas internacionais de Convergência Contábil às Normas Internacionais. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 32 (3), 111-128.
- Haller, A., & Wehrfritz, M. (2013). The impact of national GAAP and accounting traditions on IFRS policy selection: evidence from Germany and the UK. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 22 (1), 39-56.
- Iudicibus, S., Marion, J. C., & de Faria, A. C. (2009). *Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação*. São Paulo: Atlas.



**7º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS
7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE
TRANSPARÊNCIA, CORRUPÇÃO E FRAUDES**

Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017



Iudícibus, S. D., & Marion, J. C. (2016). *Contabilidade comercial: Atualizado conforme a Lei Nº 11.638/07 e Lei Nº 11.941/09*. São Paulo: Atlas.

Lemes, S., Costa, P. D., & Martins, V. (2014, Rio de Janeiro). Efeito na Comparabilidade das Escolhas Contábeis de Empresas Brasileiras no Reconhecimento do Imobilizado. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 38.

Lima, M. D. X., Prazeres, R. V., Araújo, J. G. N., Araújo, J. G. & Oliveira, M. F. J. (2011, São Paulo). Análise do Nível de Divulgação dos Ativos Intangíveis e Imobilizados das Companhias do Setor de Construção e Transporte da BM&FBovespa. *Anais do Congresso USP de Iniciação Científica Em Contabilidade*, SP, Brasil, 17.

Murcia, F. D. R., & Wuerges, A. (2011). Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de informações versus gerenciamento de resultados. *Revista Universo Contábil*, 7 (2), 28-44.

Pires, C. D. O., Decourt, R. F., Camargo, C. D. O., & Siebel, V (2012). Os impactos da fase final de transição para o IFRS no Brasil. *Anais do Seminário em Administração*, São Paulo, SP, Brasil, 15.

Reina, D. R., Reina, D., & da Silva, S. F. (2014). Comparabilidade da informação contábil em empresas brasileiras após a adoção das normas internacionais de contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11 (23), 77-94.

Souza, F. É. A., Silva, M. H., & Costa, P. S. (2013). A comparabilidade das escolhas contábeis na avaliação de ativos intangíveis de companhias abertas brasileiras. *Anais do Seminário em Administração*, São Paulo, SP, 16.

Souza, F. É. A. de, da Silva, M. H., & Rech, I. J. (2015). O impacto das escolhas contábeis na comparabilidade dos ativos imobilizados de companhias abertas no Brasil. *Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)-ISSN 2177-4153*, 13 (3), 93-110.

Souza, F. É. A. de, & Lemes, S. (2016). A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do Sul. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27 (71), 169-184.

Taplin, R. H. (2004). A unified approach to the measurement of international accounting harmony. *Accounting and Business Research*, 34 (1), 57-73.

Taplin, R. H. (2017). Measuring the Comparability of Company Accounts Conditionally: A Research Note. *Abacus*.

Van Der Tas, L. G. (1988) *Measuring Harmonization of Financial Reporting Practice*. *Accounting and Business Research*, v. 18, n. 70, p. 157-169.

Viviani, S., Beck, F., Hall, R. J., & Klann, R. C. (2014). Evidenciação do ativo imobilizado nas empresas do setor de bens industriais da BM&FBovespa. *C2*, 33 (3).